



2

Jean-Claude Schmitt: entrevista a Hilário Franco Jr.

Principal discípulo de Jacques Le Goff, Jean-Claude Schmitt, 47 anos, professor na Ecole des Hautes Etudes en Sciences Sociales (Paris), é um dos mais importantes medievalistas da Nova História. Além de diversos artigos (dentre os quais se destacam alguns de reflexão metodológica), publicou *Mort d'Une Héresie. L'Eglise et les Clercs Face aux Béguines et aux Béghards du Rhin Supérieur du XIV au XV Siècle* (Paris, Mouton, 1978), *Le Saint Lévrier* (Paris, Flammarion, 1979), *La Raison des Gestes dans l'Occident Médiéval* (Paris, Gallimard, 1990) e *Les Revenants. Les Vivants et les Morts dans la Société Médiévale* (Paris, Gallimard, 1994). A entrevista que se segue foi concedida a Hilário Franco Jr., professor do Departamento de História da USP, em maio deste ano.

H.F.J. - *No Brasil, os adversários da Nova História acusam-na de abandonar os "grandes temas" (relações de produção, correntes comerciais, choques ideológicos, jogo diplomático, etc.) em benefício de uma história fragmentária (gestos, cores, amor, crenças populares, vida sexual, etc.). Como você vê esse debate?*

J. C. S. - *Penso que a perspectiva disso que se chama História Total não foi completamente abandonada por essa nova historiografia que pode dar a impressão de ser fragmen-*

NA PÁGINA AO
LADO, JEAN-CLAUDE
SCHMITT

tária, mas que na verdade revela a vontade, a necessidade de mudar os ângulos de abordagem para melhor penetrar a realidade histórica. Uma das grandes tendências da Nova História é — seja a partir de elementos que podem parecer fragmentários, seja a partir de casos isolados — a micro-história que quer reconstituir a totalidade em profundidade. Daí o estudo de comportamentos, físicos ou psicológicos, de sistemas de valores, de sistemas simbólicos, de motivações conscientes ou inconscientes dos atores sociais. Acredito que na ilusão de reconstituir a realidade total da sociedade, a macro-história, marxista ou não, atingiu coisas talvez essenciais, mas sempre numa escala excessivamente ampla.

H. F. J. - *Mas também corre-se o risco de escolhas excessivamente restritas.*

J. C. S. - Não digo que não haja perigo em querer estudar qualquer coisa sob qualquer ângulo. Mas penso que os fundadores da Nova História são menos responsáveis por isso que alguns de seus continuadores, que impõem certos temas de teses pouco relevantes. Caso típico é estudar o sentimento deste ou daquele personagem segundo uma determinada obra literária. É fácil traçar uma lista inesgotável de temas possíveis, o problema é concebê-los como parte de um projeto. Se há um projeto intelectual, se se sabe o que se procura, se se busca a reconstituição, por exemplo, de um movimento social, de uma realidade em profundidade, de um sistema de valores, então é perfeitamente legítimo se escolher um campo de observação restrito.

H. F. J. - *Tanto no Brasil quanto na França, observa-se uma certa decepção em relação a essa história por vezes demasiado imaginativa, o que tem provocado uma revalorização da história erudita. Parece que há certa dificuldade em colocar em prática a fórmula preconizada por Le Goff: erudição com imaginação.*

J. C. S. - Pode-se ter a impressão que a Nova História, se se aceita esse rótulo, afasta-se da pesquisa erudita em proveito de sínteses, de hipóteses brilhantes, etc. É verdade, isso às vezes ocorre. Por outro lado, não basta colocar em um trabalho uma grande

quantidade de notas de rodapé. A cientificidade não está em dezenas de notas a cada página, mas no rigor do raciocínio, na verificação das hipóteses, e não na acumulação pela acumulação de referências eruditas. Estas são instrumentos necessários, mas se estão lá para criar efeito, para dar a ilusão de um trabalho profundo, e creio que esse é às vezes o caso, não são legítimas. Prefiro um texto inteligente e sem notas. De toda forma, não me sinto pessoalmente atingido por aquela crítica, pois apesar de buscar uma forma de escrever a história que permita me dirigir não apenas a alguns colegas, mas também a um público mais amplo, não dispense a erudição, a pesquisa nos documentos. Essa questão do público, dos destinatários, é aliás fundamental. Penso que o papel dos historiadores não é o de fazer o conhecimento avançar apenas para o meio acadêmico. A tradição latina, francesa, italiana e hispânica, dos dois lados do oceano, é sensível ao que chamo de consciência social do historiador. Isto é, ele deve fazer seus contemporâneos tomarem consciência da dimensão histórica dos problemas que se colocam a eles. Seja esse problema a guerra na Bósnia, seja epidemias de alcance mundial, seja a fome no Terceiro Mundo. No limite, é uma dimensão política de nosso trabalho. Isso é muito importante, mas na tradição anglo-saxã e germânica este ponto de vista é limitado por uma história destinada exclusivamente aos eruditos, o que se manifesta aliás no aparato crítico, que está lá para justificar o trabalho do historiador junto a seus pares. Quando se tem uma perspectiva mais larga, relativiza-se essa importância, essa sacralidade do aparato crítico.

H. F. J. - *Você acabou de tocar num ponto que eu lhe perguntar. Por que a Nova História é mais latina que anglo-saxônica?*

J. C. S. - Porque ela nasceu numa sociedade onde a história está profundamente enraizada na cultura geral, onde a referência histórica é uma necessidade cotidiana e geral. Contudo é preciso não exagerar. Não se encontram livros de história medieval em bancas de jornal no metrô, mas temos ali livros sobre a Primeira Guerra, sobre a história contemporânea de forma geral. Apesar de naqueles lugares não se vender livros sobre a Antiguidade ou a Idade Média, o

grande público sempre tem alguma cultura histórica, ao contrário do que ocorre nos Estados Unidos, por exemplo. Na Europa latina há um mercado para livros de história, uma política editorial dedicada a eles, e não é por acaso que os editores científicos franceses e italianos são editoras comerciais, como Gallimard, Flammarion, Einaudi, Laterza, etc., e não editoras universitárias como nos outros países.

H. F. J. - *De certa forma, com as aposentadorias de Jacques Le Goffe George Duby, encerra-se um período da historiografia medievalista. Como você, um dos mais importantes representantes da geração que chega aos mais altos postos acadêmicos, faria um balanço desse período?*

J. C. S. - De fato, me sinto profunda e naturalmente herdeiro de um e de outro daqueles historiadores. Inicialmente, é preciso compreender a importância das obras daqueles autores, a maneira pela qual eles colocaram problemas sem ficarem limitados a um canto específico da erudição. Se de um lado esse período está encerrado, de outro estamos necessariamente inscritos numa continuidade. Parece-me que a lição ficou: a totalidade histórica, as representações do funcionamento e das estruturas profundas da sociedade medieval, a idéia de que a história não pode progredir senão na confrontação com outras culturas contemporâneas (portanto o comparativismo) e ao mesmo tempo - e sobretudo, eu diria - pela relação com o presente. Por exemplo, foi a reflexão sobre os intelectuais nos anos 50 e 60 que levou Jacques Le Goff a se interessar pelo tema e a escrever *Os Intelectuais na Idade Média*. Foi a reflexão sobre a representação de nossa sociedade e de sua hierarquia que o levou a se interessar também pela ideologia das três ordens e pela emergência do purgatório. Foi a reflexão sobre a dialética entre memória individual e coletiva que me levou a estudar os fantasmas na sociedade medieval.

H. F. J. - *Essa relação passado-presente, sobre a qual você com razão insistiu, estaria de certa forma facilitada pelo objeto de estudo dos medievalistas?*

J. C. S. - Realmente, mas foi o trabalho daqueles historiadores que recolocou a Ida-

de Média no centro da modernidade, isto é, que fez compreender que a Idade Média não foi apenas um período histórico apagado pelos séculos seguintes, mas que, sobretudo os séculos XII-XIII, época de grandes transformações, nos colocam questões de grande atualidade. Por exemplo, o estatuto do pensamento intelectual, da razão, da economia de mercado, da expansão territorial, do trabalho, das relações sociais, das inovações técnicas, da razão de Estado.

H. F. J. - *De uma forma mais ampla, você acredita que a escolha do objeto de estudo por parte do historiador está sempre ancorada no presente?*

J. C. S. - Sim, acho que conscientemente ou não, a escolha está relacionada com o presente, relacionamento que aparece sobretudo na maneira de se tratar o objeto. O historiador é uma peça construída pelo presente. A história, como já se disse, é filha do seu tempo, e assim é melhor que isso seja consciente para, a partir de então, se poder melhor colocar questões pertinentes para nós mesmos e para nossos leitores. Isso quer dizer que nossos resultados, que a história que escrevemos, não têm nenhum valor objetivo? Essa é uma questão extremamente difícil, pois o trabalho de erudição, de edição de textos, é objetivo. Mas objetivo em qual sentido? Não há nenhum acaso no que fazemos. Mesmo o arqueólogo que está em contato com material bruto e que aparentemente escapa a toda subjetividade, escolhe a camada estratigráfica sobre a qual ele se debruça. Ele não dedica a tudo a mesma atenção. Ele, necessariamente, interpreta. Nenhuma camada arqueológica possui uma realidade em si mesma, da mesma forma que não há uma realidade inerente a um texto escrito. Todo esse material existe porque há um historiador para o ler, o ver, o tocar, de certa maneira para o escolher, de toda forma para o interpretar. Por isso a história sempre recomeça, e após a Nova História virá a Nova Nova História e assim por diante.

H. F. J. - *Apesar de Lucien Febvre ter recomendado em 1938 a aproximação entre história e psicologia, apesar de Marc Bloch ter constatado pouco depois que "os fatos históricos são sobretudo fatos psicológicos",*

*a história, mesmo a história interdisciplinar,
recorre pouco à psicologia.*

J. C. S. - É verdade. Houve no início dos *Annales* um diálogo importante com uma psicologia à francesa, como houve com uma certa sociologia. Mas talvez o sucesso de uma psicologia a-histórica tenha ocultado de certa forma a importância da psicanálise tradicional, mais histórica, e aos poucos os historiadores foram ficando algo afastados dela. Também contribuiu para isso a tecnicidade do vocabulário psicanalítico, a singularidade dos seus procedimentos de análise, que estão fora do alcance dos historiadores, que não podem dialogar com seu sujeito. Ademais, não estou certo se a maneira pela qual Lucien Febvre definiu seu programa, em termos de sentimento, sentimento de morte, sentimento estético, etc., tenha sido extremamente fecunda, apesar de alguns continuadores, como Philippe Ariès. Pessoalmente isso não me satisfaz, pois o que se estuda sobre a morte, a felicidade ou o amor são as *atitudes em relação a*. Essa limitação e a dificuldade do historiador em dominar a psicanálise explicam o semifracasso daquela proposta. Hoje, numa perspectiva renovada, há uma melhor compreensão da psicanálise e das possibilidades de sua utilização, inclusive em obras de produção cultural coletiva, como faz o livro recente de Jérôme Baschet sobre o Inferno, no qual há uma tentativa de usar a psicanálise para ver o Inferno como manifestação de pulsão. Mas é inegável que na França a história foi bem mais atraída pela antropologia que pela psicologia, quer dizer, pelas formas mais socializadas e mais ritualizadas de vida, e bem menos atraída pela introspecção ou pela exploração dos sentimentos individuais.

H.F.J. - *O problema está portanto de certa forma na necessidade do historiador adaptar, para a análise social, os conceitos psicanalíticos forjados para entender o indivíduo?*

J. C. S. - Sim, ou de encontrar na sociedade estudada indivíduos que se conheça suficientemente, ainda que jamais o historiador possa conhecer um indivíduo do passado como um psicanalista conhece através da análise seu paciente. Esse é o problema. Mas através da literatura autobiográfica, que reaparece a partir do século XII, é possível





alcançar certos personagens. A questão é metodológica.

H. F. J. - *É saber se esse indivíduo é representativo ou não do conjunto da sociedade?*

J. C. S. - Claro. E também é considerar os modelos culturais utilizados por essa literatura. No caso das autobiografias medievais, era o modelo agostiniano que se impunha a todos. Aqueles personagens falavam de si mesmos através de Santo Agostinho.

H. F. J. - *Agora há pouco você lembrava que na França a história sempre se sentiu mais atraída pela antropologia que pela psicologia. Mas por que o grupo de medievalistas da Ecole des Hautes Etudes reunido em torno de Jacques Le Goff e de você chama-se grupo de “antropologia histórica” e não de “história antropológica”? Não se trata apenas de um rótulo, não é?*

J. C. S. - Não se deve atribuir demasiada importância a isso. É verdade que ao se falar em “antropologia histórica” privilegia-se no título a antropologia, mas somos historiadores e fazemos antes de tudo história.

H. F. J. - *Ainda assim o título pode causar estranheza. Não há alguma motivação inconsciente nessa escolha?*

J. C. S. - Sim, isso pode causar estranheza. Mas o essencial na aproximação dos dois termos, qualquer que seja o substantivo e o adjetivo, é a vontade de fazer entrar na metodologia histórica a problemática e os métodos da antropologia social ou etnologia, seja ela européia ou não, e no caso da França, claro, o estruturalismo. E ao mesmo tempo conciliar tudo isso com uma explicação que seja histórica, isto é, que seja uma análise das transformações.

H. F. J. - *Dentre outras coisas, a Nova História é também aquela que utiliza cada vez mais a iconografia como fonte. Mas ainda se busca a melhor maneira de articular as fontes tradicionais do historiador — escritas — e as fontes novas — as imagens.*

J. C. S. - O documento iconográfico como documento histórico foi até certo ponto negligenciado pelos historiadores, que sem-

pre se interessaram pelas imagens, claro, porém tratando-as de maneira fragmentária e utilizando-as apenas como ilustrações. Seu estudo foi abandonado aos historiadores da arte, cujo trabalho não coloca problemas propriamente históricos, preocupando-se com questões de estilo, de cronologia, questões importantes mas insuficientes. Hoje existe a vontade de articular tudo isso, de estabelecer a totalidade do trabalho do historiador. Essa é a primeira novidade. A segunda são as formas e as condições de trabalho com as imagens. Sobretudo o tratamento sistemático que se passa a dar às imagens, como se faz com os textos. Leva-se em consideração uma série de imagens, num manuscrito, por exemplo, ou seja, a totalidade da obra, da mesma forma que é a totalidade do texto escrito que o historiador analisa, mesmo que esteja interessado por uma passagem particular. Mas isso coloca problemas práticos consideráveis. Faltam em relação às imagens os instrumentos de trabalho que a erudição tradicional desenvolveu nos últimos séculos em relação aos textos. Ainda que sempre úteis, existem apenas alguns dicionários iconográficos e uns poucos fichários manuais, como o de Princeton, faltando repertórios informatizados que permitam organizar um *corpus* de dezenas de milhares de imagens. Por isso o importante no momento é desenvolver esses instrumentos (como, por exemplo, o *video-disc* das iluminuras dos manuscritos da Biblioteca Vaticana) para recuperar o tempo perdido no campo da erudição das imagens.

H. F. J. - *Como já conversamos anteriormente, a escolha do objeto de estudo por parte do historiador é menos livre do que parece à primeira vista. Para ilustrar essa idéia, tente fazer um pequeno ensaio de ego-história, nos moldes daquela concebida por Pierre Nora e realizada por Le Goff, Duby, Chaunu, Perrot e outros historiadores.*

J. C. S. - Eu tive uma formação de erudição tradicional, na Ecole des Chartes, e ao mesmo tempo uma formação diferente, na Ecole des Hautes Etudes, em particular com Jacques Le Goff, cuja maneira de colocar as questões, de elaborar explicações foi a que mais me impressionou e mais me influenciou intelectualmente. Os temas que estudei estão naturalmente ligados às tendên-

cias historiográficas destes últimos vinte anos, como as relações entre cultura erudita e cultura popular e a influência da antropologia no trabalho do historiador. No caso do meu livro sobre os gestos, por exemplo, tratava-se de examinar a questão do corpo, que na sociedade medieval era uma realidade teológica e física importante, cujo grande modelo naturalmente era a Encarnação de Deus, caso singular na história da religião e que tinha sua reprodução cotidiana no rito da eucaristia. Aparece aí outro ponto que sempre me interessou, ligado aliás à cultura popular: as relações entre o escrito e o oral e entre o oral e o gestual. Essas preocupações me levaram às estruturas sociais profundas, e portanto à longa duração histórica, com o tema do *Saint lévrier* colocando-se entre os séculos XI e XX, e os do *Raison des gestes* e dos *Revenants* entre o V e o XV.

H. F. J. - *A propósito desse último livro, Les Revenants, achei interessante sua preocupação em historicizar claramente o conceito, ambíguo como diz Le Goff, de mentalidades: “as ‘mentalidades’ não consistem somente em estratos antigos de pensamentos e de comportamentos que perduram, mas de crenças e de imagens, de palavras e de gestos que encontram plenamente seu sentido na atualidade presente e bem viva das relações sociais e da ideologia de uma época” (p.16).*

J. C. S. - Digamos que é uma tomada de posição contra a idéia de origens e de sobrevivências. No modo de pensar de ontem como no de hoje, há naturalmente estratos antigos superpostos, mas esses estratos não estão presentes, consciente ou inconscientemente, senão por terem encontrado uma nova atualidade, um novo funcionamento, uma nova justificativa no presente de cada época. Há muito tempo sou hostil à idéia de sobrevivência, à idéia de que as coisas estão presentes passivamente porque existiram um dia. Elas podem muito bem desaparecer para ressurgir mais tarde, quando houver necessidade delas. Independentemente da vontade dos atores, aliás. No que diz respeito à questão dos mortos, é uma tomada de posição contra a idéia de que nossas atitudes sobre os fantasmas, sobre crenças muito arcaicas, seriam resultado da retomada de fundos antigos, germânicos, célticos, vindos da noite dos tempos. Claro que há muitas coi-

sas anteriores, que aliás ignoramos, mas a importância não está nisso, e sim em saber no que essas crenças arcaicas são modeláveis, isto é, observar que elas têm uma razão de ser no funcionamento social. No caso dos fantasmas medievais, a relação entre mortos e vivos fazia a sociedade funcionar, tinha finalidades políticas, econômicas.

H. F. J. - *Quando você define seu livro como uma história do imaginário, penso no estudo da realidade interna, subjetiva, psicológica de um certo fenômeno, no caso os revenants. Mas não é uma visão objetiva, externa, positivista, que você defende ao dizer que os revenants “não existiam senão na imaginação e nos relatos dos homens daquele tempo” (p.23)?*

J. C. S. - Se eu dissesse que os fantasmas existem em si, independentemente dos sujeitos, eu faria um ato de fé, eu não seria um historiador do século XX. O historiador do século XX é obrigado a observar que a realidade dos fantasmas não é uma realidade objetiva, mesmo se muita gente crê nela ainda hoje. Mas que é um fenômeno de imaginação, individual e coletiva. O problema é de compreender esse objeto enquanto tal: por que, como, esse objeto assume uma realidade, uma realidade social antes de tudo. Não se deve fazer de conta, caso de alguns historiadores que tratam fenômenos de crença, Deus ou a feitiçaria por exemplo, como se fossem realidades objetivas, mesmo se pessoalmente eles não acreditam nisso. Eu me recuso a fazer de conta; é preciso tentar ver essa crença, mas sabendo que se trata de uma realidade imaginária.

H. F. J. - *Isso quer dizer que, respeitando a visão de mundo medieval, o historiador do século XX deve aprofundar a compreensão de um fenômeno que escapava ao homem medieval.*

J. C. S. - Claro, pois se entramos na pele do homem medieval, não somos mais capazes de fazer dos fantasmas um objeto de estudo, não podemos mais explicá-los. De outro lado, se faço deles, como homem do século XX, um objeto de análise, posso compreender as relações sociais do imaginário, as relações sociais que constituem o imaginário. Caso contrário eu simplesmente reproduziria o discurso dos homens do século XIII, faria paráfrase e não ciência.